

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

FERNANDA DA ROSA MÜLLER

**REDUÇÃO DE DANOS: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO
TEÓRICA**

São Borja

2024

FERNANDA DA ROSA MÜLLER

**REDUÇÃO DE DANOS: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO
TEÓRICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José Wesley Ferreira.

São Borja

2024

REDUÇÃO DE DANOS: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO TEÓRICA

Fernanda da Rosa Müller

RESUMO

O artigo é fruto de uma pesquisa que buscou analisar como o materialismo histórico e dialético pode subsidiar a compreensão das práticas de redução de danos descritas no livro, “outras palavras sobre os cuidados de pessoas que usam drogas”. Os resultados do estudo demonstram que os artigos tratam o uso de drogas como um problema social e enfatizam o preconceito socialmente construído com as drogas e conseqüentemente com as pessoas que usam drogas. No entanto, tais sínteses que relacionam o uso abusivo de drogas com fenômenos sociais, políticos e culturais não centram a análise na produção material da vida como determinante da ausência de cidadania e do preconceito com pessoas que fazem uso abusivo de drogas, pois partem de uma perspectiva pós-moderna que concebe a relação da droga com tais determinantes sociais, políticos e culturais sob o viés da biopolítica.

Palavras chaves: uso de drogas, redução de danos, preconceito

ABSTRACT

The article is the result of research that sought to analyze how historical and dialectical materialism can support the understanding of harm reduction practices described in the book, “Other Words on the Care of People Who Use Drugs”. The results of the study demonstrate that the articles treat drug use as a social problem and emphasize the socially constructed prejudice against drugs and, consequently, against people who use drugs. However, such summaries that relate drug abuse to social, political and cultural phenomena do not center the analysis on the material production of life as a determinant of the lack of citizenship and prejudice against people who abuse drugs, as they start from a postmodern perspective that conceives the relationship between drugs and such social, political and cultural determinants from the perspective of biopolitics.

Key- words: drug use, harm reduction, prejudice

FERNANDA DA ROSA MÜLLER

**REDUÇÃO DE DANOS: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO
TEÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 19 de novembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Wesley Ferreira

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Ms. Marlon da Silva Jara

UNIPAMPA

Assistente Social Especialista Flávia Pazuch Pinto

GIRASSOL, Amigos na Diversidade



Assinado eletronicamente por **JOSE WESLEY FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/11/2024, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as norma vas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Flavia Pazuch Pinto, Usuário Externo**, em 20/11/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as norma vas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Marlon da Silva Jara, Usuário Externo**, em 27/11/2024, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as norma vas legais aplicáveis.



A auten cidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1587898** e o código CRC **3C064CFB**.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	A PERSPECTIVA DA ABSTINÊNCIA VERSUS REDUÇÃO DE DANOS.....	06
3	A BIOPOLÍTICA E O MARXISMO NA COMPREENSÃO DA REDUÇÃO DE DANOS.....	10
4	O USO DE DROGAS CONCEBIDO POR MEIO DA BIOPOLÍTICA.....	18
4.1	O USO DE DROGAS COMO UM PROBLEMA SOCIAL.....	18
4.2	PRECONCEITO COM O USO DE DROGAS.....	22
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERENCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

O estudo teve por objetivo desvendar como o materialismo histórico e dialético pode subsidiar as práticas de redução de danos que são descritas no livro “Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas” que foi produzido no ano de 2010.

O aprofundamento do estudo sobre a redução de danos é relevante pois se constitui como diretriz de trabalho para os profissionais de saúde das instituições que atendem pessoas em sofrimento psíquico atrelado ao uso e ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Essa estratégia se consolidou com a reforma psiquiátrica e chancelou a redução de danos como diretriz de cuidado em saúde com esses usuários e, também, os Centros de Atenção Psicossocial como instituição que visa substituir os manicômios. No entanto, o trabalho ancorado na redução de danos se consolidou apenas no âmbito formal, nas leis e diretrizes para o trabalho com pessoas que usam drogas, porque nos serviços ainda predominam práticas centradas na abstinência, reprodutoras das rotinas que concebem o uso de drogas como doença. Portanto, nos Centros de Atenção Psicossocial, o trabalho é centrado na abstinência, além disso, ocorre a reprodução de moralismos produzidos socialmente com o uso de drogas, pois muitos profissionais concebem o mesmo como um desvio de caráter, como uma prática contraventora e ilegal, reproduzindo os valores que são disseminados pelo Estado que concebe o uso de drogas como crime e da religiosidade dominante que concebe como pecado.

As discussões referentes a redução de danos dos artigos analisados demonstram que a temática das drogas e do uso de drogas é problematizada a partir da clínica ampliada que considera os fatores sociais e culturais que condicionam o uso abusivo, eles enfatizam o uso de drogas como um problema social e também abordam os preconceitos em torno do uso e, conseqüentemente com as pessoas que usam drogas.

No entanto, os autores fazem essas problematizações embasados na biopolítica, que não leva em conta a luta de classes e a produção material como determinante das relações sociais. A biopolítica tem como objetivo de sua atividade o interesse político do governo que deseja manter a população sob controle por meio da coesão. Para isso, ele manipula outros poderes com a finalidade de levar a população a aderir a pautas que atendem o interesse geral relacionado a economia, controle sanitário, controle de natalidade, etc. Esse processo produz a governamentalidade materializada no controle dos corpos e mentes. Nesse sentido, a resistência à governamentalidade pode ser materializada por sujeitos que rompem com os valores disseminados por ela, que informam, por exemplo, que um trabalhador não pode abusar de álcool e outras drogas, pois isso pode prejudicar suas relações familiares e de trabalho. Ou seja,

a governamentalidade pode ser concebida como uma educação que tem o objetivo de levar os sujeitos a cumprir sua funcionalidade no corpo social, em um sentido explicitamente funcionalista que não permite o questionamento do estado das coisas. Nesse sentido, Foucault propõem a rebeldia dos corpos e mentes que não se enquadram nas normas impostas pela governamentalidade e resistem por meio de práticas que negam os valores reproduzidos por ela.

Constata-se que a proposição de rebeldia é centrada em sujeitos ou até mesmo em grupos, mas não em classes sociais que se opõem na produção material, pois a contradição de classes não existe em sua formulação teórica que também não contempla a transformação social em sua totalidade que pressupõem a superação do capitalismo.

Para dar conta dessa problematização, o trabalho está dividido nos seguintes itens: A perspectiva da abstinência versus redução de danos; A biopolítica e o marxismo na compreensão da redução de danos e o uso de drogas concebido por meio da biopolítica que subdivide em o uso de drogas como um problema social e preconceito com o uso de drogas.

2 A PERSPECTIVA DA ABSTINÊNCIA VERSUS REDUÇÃO DE DANOS

A Política Nacional de Redução de Danos adota uma estratégia inovadora ao priorizar a minimização dos riscos e danos relacionados ao uso de droga, em vez de focar exclusivamente na abstinência. Essa política confirma que nem todos os usuários estão prontos ou aptos para abandonar completamente o uso, mas que, mesmo assim, merecem acesso a cuidados de saúde de qualidade. Apesar disso, a Redução de Danos ainda encontra desafios significativos em sua implementação. Por ser uma política relativamente nova, muitos profissionais de saúde têm dificuldades em adotá-la em suas práticas diárias, ou seja, apesar de ser uma diretriz de intervenção da política nacional para pessoas que usam drogas, a redução de danos ainda não é predominantemente reconhecida pelos profissionais de saúde como uma estratégia válida. Além disso, a sociedade, influenciada por discursos da mídia, justiça e grupos religiosos, muitas vezes mantém uma visão negativa e preconceituosa sobre o uso de substâncias psicoativas, perpetuando estigmas e associando o usuário à criminalidade. (LOPES, 2018).

Esse preconceito é histórico e tem raízes nas políticas públicas brasileiras, que durante muito tempo adotaram uma abordagem higienista e repressiva em relação ao uso de drogas. Internações compulsórias e tratamentos obrigatórios eram comuns, resultando na violação dos direitos dos usuários e na sua marginalização social. A ideia era “limpar” a sociedade, retirando

os usuários das ruas, sem considerar suas necessidades de saúde ou os fatores sociais que os levavam ao uso. (LOPES, 2018).

A resistência à política de Redução de Danos está enraizada em uma visão conservadora que vê o uso de drogas como um problema moral, criminal ou de saúde, mas não como uma questão de ausência de cidadania. A falta de entendimento sobre essa política muitas vezes leva à interpretação equivocada de que ela incentiva o uso continuado de drogas, quando na verdade seu objetivo é proteger a saúde e os direitos dos usuários enquanto trabalha para melhorar sua qualidade de vida. (LOPES, 2018).

Segundo a política do Ministério da Saúde, a abstinência não deve ser o único objetivo do tratamento, refletindo uma mudança importante no paradigma de cuidado em saúde pública. Isso implica que o tratamento deve ser adaptado às necessidades e realidades de cada usuário. Apesar de sua importância, as ações de Redução de Danos ainda são discretamente utilizadas no Brasil e isso se deve, em parte, à resistência por parte de setores da sociedade que continuam a ver a abstinência como o único caminho aceitável. Além disso, muitos profissionais de saúde ainda não estão totalmente capacitados ou familiarizados com a aplicação dessas estratégias em seu trabalho diário. (LOPES, 2018).

O modelo proibicionista de combate às drogas no Brasil, conhecido como "guerra contra as drogas", priorizou a redução da oferta de substâncias ilícitas e se estruturou em abordagens morais e criminais, promovendo o enfrentamento às drogas por meio do encarceramento dos usuários e tratando a dependência como uma patologia biológica. A política antidrogas ganhou legitimidade com a aprovação da Lei nº 6.368/76, que impôs medidas de prevenção e repressão ao trânsito e uso de drogas. As políticas proibicionistas são marcadas pelo medo, repressão, intolerância ao consumo de drogas e a exigência da abstinência. (LOPES, 2018).

A Política Nacional de Redução de Danos se opõe ao paradigma da abstinência e aos métodos disciplinares voltados para usuários de drogas, como prisões, manicômios e comunidades terapêuticas de base moral religiosa. Ao invés de focar na eliminação do consumo ou na oferta de drogas, essa política é uma estratégia de saúde pública que busca minimizar as consequências negativas do uso de drogas. (LOPES, 2018).

A abstinência, ao focar na interrupção total do uso de drogas, revela suas limitações para transformar o cuidado, pois reduz um problema social complexo a uma questão puramente individual e biológica. Essa abordagem desconsidera a amplitude dos fatores que influenciam o uso de drogas, como a história de vida, os contextos e ambientes de uso, bem como as relações sociais e a cultura. Para uma abordagem mais eficaz, é fundamental adotar uma visão ampliada,

que compreenda o uso de drogas de forma contextualizada, apoiando sua dimensão social e cultural. (TAVARES, 2021)

A clínica ampliada é uma abordagem que propõem ir além do modelo tradicional biomédico, focado no diagnóstico e no tratamento de doenças, envolvendo uma compreensão mais ampla da saúde, que inclui os fatores sociais, culturais e subjetivos da vida dos usuários, portanto, a visão da clínica ampliada valoriza a particularidade das experiências das pessoas, ou seja, suas vidas são concebidas por meio das mediações estabelecidas com a totalidade das relações de produção. Ao considerar o contexto de vida, as relações sociais e as experiências singulares se torna mais viável proporcionar processos de participação ativa do usuário nas decisões sobre seu tratamento. Além disso, é importante destacar que a integralidade que é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde, refere-se aos cuidados completos, contínuos e integrados para atender às necessidades dos usuários.

Portanto, a clínica ampliada contribui para a efetivação da integralidade ao reconhecer a complexidade do processo de saúde e doença dos usuários, para proporcionar um atendimento que considere o ser humano em relação com a totalidade, propondo uma forma de cuidado que vai além do modelo biomédico, que historicamente focou na abstinência como único objetivo de tratamento para os usuários de drogas. Essa visão ampliada entende que o uso de drogas não é apenas um problema biológico, mas envolve questões sociais, psicológicas, culturais e políticas. Assim, o cuidado deve considerar a singularidade de cada usuário, suas histórias de vida, o contexto em que vive e suas relações sociais. A clínica ampliada também prioriza o envolvimento ativo dos usuários que devem ser protagonistas no seu processo de cuidado, participando ativamente das decisões sobre o tratamento.

O uso de drogas é frequentemente mediado por contextos sociais e culturais que influenciam o uso e as percepções sobre o uso. A pressão social, o estigma, a marginalização e as normas culturais agravam o sofrimento dos usuários, contribuindo para a solidão, o isolamento e a exclusão. A articulação do uso de drogas com as condições sociais que cercam os usuários, como a pobreza, a falta de acesso a serviços de saúde, a violência e a discriminação são processos sociais que determinam e agravam o uso de drogas, pois essas condições aumentam a vulnerabilidade ao uso de drogas e ao sofrimento associado, reforçando as desigualdades existentes.

Conforme Pontes (1999), a singularidade, no contexto da mediação, refere-se a um fenômeno que se apresenta de forma isolada dentro de um contexto amplo. Quando um fenômeno é visto como singular ele pode aparecer como desconectado do conjunto de relações econômicas, sociais e culturais que o circundam. Na perspectiva da abstinência, o uso de drogas

é frequentemente analisado a partir da singularidade e implica em uma visão isolada e individualizada dos sujeitos, que enfatiza a responsabilidade individual dos usuários e acaba levando à estigmatização e a culpabilização.

Já o fenômeno da universalidade se refere à ideia de que existem leis tendenciais que emergem da produção material no contexto do capitalismo e que se manifestam na vida das pessoas de maneiras diversas. As leis tendenciais têm impactos na vida dos sujeitos e essas leis se manifestam, por exemplo, a precarização do trabalho que resulta em insegurança financeira e limita as possibilidades de vida.

Ao considerar as mediações, observa-se que o uso de drogas está entrelaçado com outras dimensões de vida, como por exemplo, a família, a comunidade e as condições de trabalho, e essas articulações ajudam a contextualizar porque uma pessoa pode recorrer ao uso de substâncias. Outro fator importante é que a história de cada indivíduo é única, com experiências, traumas e relações que influenciam nas suas escolhas, e o uso de drogas também é uma resposta a essas vivências, que refletem na busca por alívio, fuga ou pertencimento.

A articulação do uso abusivo de drogas com a situação de rua e outros fatores sociais, como o desemprego, forma um quadro complexo que ilustra como diferentes dimensões da vida de um indivíduo podem interagir e influenciar nas escolhas e comportamentos. A falta de moradia pode levar ao uso de substâncias como forma de aliviar o estresse ou a dor emocional, é importante destacar que o desemprego é um fator de estigmatização que gera o sentimento de vergonha e inadequação, e acaba levando ao uso de drogas. Portanto, a articulação entre a situação de rua e o desemprego demonstra que essas questões não são isoladas, mas sim mediadas com a totalidade determinada pelas leis tendenciais.

Enquanto a abstinência é encarada como a única forma de salvação e saúde, as recaídas durante o tratamento serão interpretadas como uma falha ou doença, isso impede que as pessoas que utilizam drogas recebam o acolhimento necessário em suas demandas de cuidados, dificultando seu acesso aos serviços de saúde, essa lógica, que se concentra na droga, tende a julgar e não a compreender as diferenças individuais dos usuários, ignorando os contextos e fatores que influenciam seu comportamento, portanto, para uma abordagem mais eficaz, é essencial considerar a complexidade da experiência de cada usuário. (TAVARES, 2021)

A abstinência é vista como ineficaz e não resolutiva, especialmente quando comprovada sob a ótica do poder psiquiátrico, que tende a dominar e subjugar os indivíduos. Essa abordagem reforça modelos de cuidado asilares e perpetua a categorização de indivíduos como "loucos" ou "drogados". Além disso, existe um imaginário social que marginaliza grupos como

os usuários de drogas e os pobres, considerando-os como aqueles que não cumprem as normas sociais. Essa visão propicia um controle rigoroso sobre o tratamento, muitas vezes centrado no uso de medicamentos e na imposição de disciplina, em vez de promover uma abordagem mais humanizada e inclusiva. Assim, a ênfase na abstinência não só falha em abordar as complexidades da dependência, mas também perpetua estigmas e desigualdades sociais. (TAVARES, 2021)

A compreensão sobre o uso de drogas na sociedade tem raízes históricas no conceito de "comportamento de risco", que se limita a uma abordagem individual. Essa perspectiva coloca a responsabilidade exclusivamente nas ações e escolhas do indivíduo, promovendo uma mentalidade de "culpabilização" e "punição". Essa visão reducionista ignora a complexidade do problema, desconsiderando a necessidade de práticas de cuidado que levem em conta fatores políticos, sociais e culturais. A abordagem deve ser ampliada para entender que o uso de drogas é influenciado por um conjunto de conexões interligadas, e não apenas por decisões individuais.

Portanto, o tratamento baseado na abstinência impede uma compreensão mais ampla do problema das drogas, ao criar barreiras que desconsideram as singularidades e necessidades individuais dos usuários. Essa abordagem não permite que se desenvolva um plano de cuidado que leve em conta as realidades e consequências do uso de drogas. Como resultado, há uma dificuldade em implementar estratégias de redução de danos que poderiam oferecer alternativas. Essa limitação do modelo de abstinência não apenas marginaliza os usuários, mas também não estimula a adoção de práticas de cuidado mais integrativas, que reconhecem a complexidade do uso de drogas e buscam soluções que vão além da simples interrupção do consumo. Ao priorizar a abstinência como única solução, o tratamento ignora as nuances do comportamento humano e as diversas motivações que levam ao uso de drogas, comprometendo a efetividade e a saúde dos indivíduos.

3. A BIOPOLÍTICA E O MARXISMO NA COMPREENSÃO DA REDUÇÃO DE DANOS

A biopolítica é uma teoria construída por Foucault que aborda as formas de exercício do poder que são elaboradas pelo Estado Moderno para exercer a governamentalidade que deve produzir a adesão da população em torno de normas e valores que expressam o interesse geral de pessoas e instituições que compõem a sociedade. O pressuposto de sua formulação teórica considera que o Estado exerce poder na relação com a população por meio da promoção de

coesão em torno de finalidades gerais da população, ou seja, é uma análise do domínio estabelecido na relação Estado-População. (FOUCAULT, 2014)

A discussão na perspectiva da biopolítica parte da questão da governamentalidade, sua construção analítica busca compreender como o Estado Moderno passa a atender o problema da população em um processo que ocorre em um período que demanda uma nova forma de gestão pública, que passa a buscar o consenso ao contrário do Estado da Idade Média que controlava a população por meio da repressão. Infere-se que o Estado na Idade Média governava por meio da espada, centrado nos seus próprios interesses que eram alheios e, por muitas vezes, contrários aos interesses da população em geral, que era controlada por meio da repressão. (FOUCAULT, 2014)

A construção teórica de Foucault tomou como referência os autores anti-maquiavel, que criticavam a relação de singularidade/exterioridade na relação governo/população, pois o governo não tinha como finalidade atender os problemas da população e governava auto-centrado em si mesmo e estabelecia uma relação de transcendência com a população. Portanto, os laços que unem o governo da Idade Média com a população são laços de violência, pois a legitimidade do governo é reproduzida pela tradição e por acordos estabelecidos com outros príncipes. (FOUCAULT, 2014)

A literatura anti-maquiavel ao tratar a arte de governar enfatiza a multiplicidade de poderes, ressaltando a importância do governo de uma casa pelo “chefe de família”, das almas pelo líder religioso, das crianças pelo pedagogo, do convento pelo sacerdote hierarquicamente superior, etc. Dessas inferências sobre as relações de poder surge a conclusão de que os poderes são múltiplos e circulam nas esferas/instituições sociais. Essas relações de poder determinam as relações de interdependência entre os seres humanos e, também, entre as instituições sociais. (FOUCAULT, 2014)

Maquiavel analisa os Estados da Idade Média nos quais o príncipe/governo estabelecia uma relação de exterioridade e ocupava um lugar de transcendência na relação com o principado/população. Já a literatura crítica a Maquiavel concebe que são as pessoas que governam, por isso, as práticas de governo são múltiplas, pois muitas pessoas e instituições governam, ou seja, o poder circula entre o pai de família, o superior do convento, o líder religioso, o pedagogo, etc. Em suma, existem muitos governos e o príncipe é o governo de Estado representando apenas uma modalidade de poder (FOUCAULT, 2014). Infere-se que nesse contexto no qual existem muitos poderes, o governo do Estado deve negociar e conquistar a adesão dos demais poderes para poder governar, é um cenário no qual se governa pela coesão e não mais pela coerção.

Nessa perspectiva o governo passa a intervir no intuito de garantir o interesse geral da população. Como governar? Como ser governado? Por quem? Até que ponto? Com qual objetivo? Enfim, a problemática geral do governo aparece no processo de transição do feudalismo para o capitalismo. A modernidade demanda um Estado técnico que cria novos dispositivos de segurança para resolver o problema específico da população, que cresceu muito nas cidades, principalmente após a revolução industrial (FOUCAULT, 2014).

Os príncipes da Idade Média que governavam apartados dos interesses da população seriam frágeis na modernidade, estariam sempre ameaçados por inimigos do príncipe/governo que desejam conquistar, ou reconquistar o Estado. Portanto se fazia necessário estabelecer laços de solidariedade entre governo e população. Um bom governo deve ter como finalidade “o bem comum e a salvação de todos”, o bem comum é o respeito às leis, sejam elas do soberano terreno, ou do soberano absoluto (Deus). O Estado moderno precisou estabelecer mecanismos de vigilância e controle na relação com a população, mas esse controle deveria ser aceito de forma consensual, ou seja, a população deveria entender racionalmente que o melhor a fazer para atingir o bem comum era respeitar as normas morais reproduzidas culturalmente por instituições como família, igreja, escola, assim como as leis do Estado que expressavam o interesse geral. (FOUCAULT, 2014)

Portanto, o Estado moderno se organizou em torno da razão do Estado que governa com regras racionais construídas consensualmente com a população e, que se expressam no contrato fundador, que se funda em um compromisso entre soberano/governo e súditos/população (FOUCAULT, 2014). O governo para ser aceito precisou mostrar conhecimento e diligência sobre os problemas da população relacionados a epidemias, mortalidade, espiral do trabalho e da riqueza, número de mortos, doentes, regularidade de acidentes, etc. Ou seja, o Estado tem um conhecimento e isso o legitima a apresentar medidas para sanar as demandas da população. (FOUCAULT, 2014)

Os diferentes poderes do “pai de família”, do “líder religioso”, do “pedagogo”, do “médico”, passam a ser utilizados pelo Estado racional moderno para alcançar algum objetivo referente aos comportamentos da população que podem estar relacionados a comportamento sexual, demografia, consumo, cuidados sanitários, uso de drogas, etc. Portanto, a família, as instituições religiosas, a escola, a ciência e outras instituições nas quais circulam o poder são utilizadas pelo Estado como instrumentos de governamentalidade a partir do século XVIII. (FOUCAULT, 2014)

Nesse sentido, o governo introduz técnicas para produzir comportamentos no campo da economia e da população, com o intuito de melhorar a saúde da população, aumentar a

expectativa de vida e aumentar a riqueza. Esse processo de introduzir comportamentos por meio de uma imposição cultural por meio do consenso da população é a governamentalidade, produzida pelo conjunto das instituições, procedimentos, análises, cálculos e táticas que permitem exercer essa complexa e específica forma de poder que tem como alvo a população das cidades modernas que aumentaram consideravelmente seus habitantes. Portanto, a governamentalidade surge como resultado do processo no qual o Estado de justiça da Idade Média se transformou em Estado administrativo na era moderna. (FOUCAULT, 2014)

Como supracitado, na construção teórica de Foucault, a governamentalidade é uma estratégia política, é uma atividade planejada no governo com o intuito de produzir novas formas de legitimidade com a população. Se na idade média a legitimidade era conquistada pela coerção e pela força, na modernidade a legitimidade passou a ser conquistada pelo consenso e pela diligência que é a capacidade de responder aos problemas da população. Em síntese, a governamentalidade é uma atividade política planejada pelos governos modernos com a adesão e cooperação dos demais poderes existentes na sociedade.

Nesse ínterim, para controlar o comportamento da população em torno do uso de drogas, por exemplo, o governo se une aos demais poderes, aos líderes religiosos que reproduzem culturalmente a concepção do uso de drogas como pecado e à ciência e aos profissionais e cientistas saúde que abordam o uso de drogas por um viés estritamente clínico e concebem o mesmo como doença. Já a família e a escola reproduzem essa concepção do uso de drogas como algo negativo e também são instrumentos de governamentalidade do Estado. Ou seja, tanto a escola como a família reproduzem concepções da ciência e da religião e para completar o ciclo o Estado cria leis que enquadram o uso de determinadas drogas como crime.

Esse processo demonstra como o governo utiliza os demais poderes existentes na sociedade que se encontram fora do Estado para produzir e reproduzir comportamentos na população por meio da governamentalidade. Tais comportamentos produzidos no exercício do poder do Estado moderno acabam padronizando modos de vida e enquadrando aqueles que não os reproduzem como “desajustados”, em um processo que produz preconceitos com pessoas que fazem uso abusivo de drogas. Em síntese, pode-se inferir que a governamentalidade produz preconceito com os sujeitos que não seguem os padrões de comportamento impostos por ela.

A redução de danos surge como uma prática que vai de encontro com as concepções produzidas pela governamentalidade que concebem o uso de drogas como algo moralmente negativo. As drogas são criminalizadas, demonizadas e enquadradas como doenças que devem ser punidas pelas leis do Estado e curadas tanto no âmbito espiritual pela igreja, como no

âmbito científico pela medicina. Essas instituições exercem o poder de forma articulada e produzem uma governamentalidade em relação ao uso de drogas.

Identifica-se, como supracitado, que a gênese do processo de elaboração teórica da biopolítica se encontra no âmbito político e na necessidade de estabelecer novas formas de governar em conjunto com os poderes da população na era moderna. A população é tomada como um bloco homogêneo, ela não é analisada por meio das diferenças de classe, as classes sociais são excluídas dessa elaboração epistemológica.

A “resistência” dos sujeitos aos padrões de comportamento produzidos pela governamentalidade é concebida como “desvios” em relação aos padrões comportamentais produzidos pelas instituições que produzem governamentalidade. A população e as instituições que em conjunto com o Estado produzem a governamentalidade, são analisados sem levar em consideração a luta de classes que é uma categoria teórica ausente na biopolítica. Portanto, a biopolítica concebe que as rejeições de parte da população a governamentalidade seriam desvios na cultura e ações de resistência à governamentalidade. Os profissionais de saúde que utilizam a biopolítica para subsidiar seus estudos e suas práticas profissionais tomam esses desvios como produção de saúde, como ações de resistência da população ao domínio sobre seus corpos. Dessa forma, o uso de drogas em determinadas circunstâncias poderia ser uma atividade de produção de saúde, poderia ser um desvio na cultura imposta pela governamentalidade. Da mesma forma, o sujeito que não deseja trabalhar também está realizando um desvio.

Pode-se perceber que a concepção de resistência da biopolítica se dá na relação população/sujeito x Estado e demais instituições. Portanto, a biopolítica não considera a produção material e a luta de classes em torno da produção material como gênese da necessidade de estabelecer a governamentalidade, pois para Foucault, a gênese da governamentalidade se encontra no âmbito político, pois é a necessidade de estabelecer novas estratégias para atingir a legitimidade, que conduz o Estado a governar com a cooperação os demais poderes existentes na sociedade.

Já o materialismo histórico e dialético considera a produção material como determinante da realidade social, pois ela é o eixo explicativo do funcionamento das instituições e do sentido da ideologia. Portanto, a política é concebida como uma práxis que encontra seu fundamento explicativo na produção material, ou seja, no trabalho. Para essa formulação teórica, o ponto zero da história humana parte de um contexto no qual existiam os seres humanos e suas necessidades materiais de um lado e natureza bruta sem interferência do trabalho humano do outro. Portanto, o pensamento humano movia-se em torno de sentidos ligados a necessidades materiais como fome, frio, sobreviver na relação com outros seres vivos (animais predadores).

Essa relação do pensamento com necessidades materiais constitui-se como a base materialista da ideia/consciência. (MARX; ENGELS, 1989)

Os seres humanos impelidos por suas demandas materiais começam a se relacionar com a natureza coletando frutos e vegetais para suprir a fome e também começam a caçar outros seres vivos. Nessa relação de transformação da natureza na qual os seres humanos utilizam pedras, por exemplo, para matar animais com a finalidade de sanar a fome vai ocorrer um processo de aprendizagem que possibilita a criação de meios de trabalho mais adequados à caça. Os seres humanos aprendem que a lança é um meio de trabalho mais eficiente que as pedras para a atividade da caça. Surge a necessidade de produzir a lança e a produção de tal produto ocorre em um processo no qual a demanda material movimenta o pensamento ao planejamento de processos de trabalho com fins de transformar a natureza em produtos que atendem às necessidades humanas. Ao finalizar os processos de trabalho os seres humanos têm suas necessidades atendidas pelos produtos do trabalho e o conhecimento adquirido é utilizado no aperfeiçoamento dos meios de trabalho para aumentar a capacidade produtiva. A cada ciclo reprodutivo do processo de trabalho aumenta o conhecimento dos seres humanos em relação à natureza e também a capacidade de produção material das forças produtivas. (ANTUNES, 2003; BARROCO, 2001)

O primeiro modo de produção foi o Modo de Produção Primitivo, no qual o desenvolvimento das forças produtivas é extremamente rudimentar. Nesse modo de produção, o trabalho humano era organizado com base na caça e na coleta de frutos e vegetais. Os seres humanos viviam em pequenos bandos migratórios que se deslocavam no território em busca de frutos, vegetais e caça. As relações familiares eram poligâmicas, pois em decorrência das relações de produção geralmente os homens viviam em deslocamento constante e as mulheres residiam com outras mulheres e filhos pequenos em casas que eram pontos de parada dos bandos migratórios. (ENGELS, 2019)

Desse modo, as mulheres que residiam nas casas tinham relações sexuais com vários homens que por ali passavam durante as horas de descanso e traziam consigo mantimentos alimentícios. Como esses homens passavam por várias casas, a organização familiar era poligâmica e a filiação era identificada apenas pela maternidade. Essa foi a época do matriarcado na qual as mulheres detinham grande prestígio social, porque as famílias se organizavam em torno da figura da matriarca. (ENGELS, 2019)

No Modo de Produção Primitivo, não existiam classes sociais e desigualdade social porque o desenvolvimento das forças produtivas era tão rudimentar que os seres humanos se ocupavam somente da sobrevivência. Nesse período, o conhecimento dos seres humanos em

relação à natureza estava em seu estágio inicial e paulatinamente foram melhorando as técnicas e ferramentas utilizadas na produção material. Esse processo permitiu aos seres humanos a descoberta da semente e da agricultura, assim como a construção de habilidades para fazer procriar animais de rebanho. Tais descobertas representam a primeira grande revolução das forças produtivas e revolucionaram as relações de produção existentes no Modo de Produção Primitivo. (LESSA; TONET, 2010)

Tais descobertas possibilitaram aos seres humanos a produção do excedente agrícola, ou seja, a sociedade pela primeira vez na história passou a produzir mais do que as necessidades de subsistência dos seres humanos. Inicialmente como essas sociedades eram teocêntricas, parte desse excedente era queimado e oferecido aos deuses, mas aos poucos as tribos foram se dividindo pela posse privada desse excedente agrícola. Essa divisão ocasionou guerras pela posse do excedente e os vencedores das guerras se apropriaram da propriedade rural, assim como da produção agrícola e dos animais de rebanho. Conforme Rousseau (1978, pág. 175):

O primeiro homem que após cercar um pedaço de terra se lembrou de dizer: isso é meu [...] foi o verdadeiro fundador da sociedade. Quantos crimes, quantas guerras, quantos assassinatos, quantas desgraças e horrores teria poupado para a espécie humana aquele que, arrancado as estacas ou atulhado o fosso, tivesse gritado aos semelhantes: guardai-vos de ouvir esse impostor, estais perdidos se vos esqueceis de que os frutos da terra pertencem igualmente a todos e que a própria terra não é de ninguém.

O aumento do conhecimento humano quanto às possibilidades de transformação da natureza em produtos que atendem as necessidades humanas desencadeou o aperfeiçoamento dos meios e técnicas de produção, a descoberta da agricultura, a produção do excedente agrícola e a guerra pela posse da propriedade da terra e de tudo o que ela produzia. Tais fenômenos sociais se constituem como mudanças quantitativas que foram se desenvolvendo e acirrando a contradição entre as forças produtivas e relações de produção até explodir na revolução do Modo de Produção Primitivo em sua superação pelo Modo de Produção Escravista que se instaura a partir do surgimento da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes sociais (senhores e escravos). (LESSA; TONET, 2010)

As classes sociais desempenham papéis diferentes na produção, porque se antes todos trabalhavam e dividiam o produto do trabalho, na nova conformação social apenas os escravos trabalhavam, enquanto os senhores se dedicavam a administração da sua propriedade que abarcava a terra, os rebanhos, as plantações e os escravos. A divisão dos frutos do trabalho era desigual, pois tudo ficava com os senhores em detrimento dos escravos que recebiam apenas alimentação para continuar vivo. Portanto, uma nova totalidade de relações sociais de produção

era inaugurada, o que demandava inovações, pois para legitimar a propriedade privada se tornou necessária a criação de uma instituição social que tornasse natural a propriedade privada para uma classe social em detrimento de outra. Essa instituição social se materializa no Estado que nasce com um conjunto de leis do direito, com a função de naturalizar a desigualdade entre as classes sociais, a escravidão e a propriedade privada. (LESSA; TONET, 2010)

O Estado surge com a finalidade de legitimar a propriedade privada, ou seja, como um desdobramento da produção material que como supracitado dividiu a sociedade em classes sociais. Essa instituição foi necessária para legalizar a desigualdade por meio de um sistema de leis e de ideias que naturalizaram a nova conformação social. Portanto, pode-se afirmar que o surgimento do Estado é um desdobramento histórico de causalidades desencadeadas pela produção material. O Estado é a esfera que organiza a produção ideológica que naturaliza a alienação dos escravos dos seus meios de trabalho. Em um primeiro momento essa separação é objetiva, aqueles que perdem a guerra são transformados em escravos e posteriormente são separados da propriedade da terra e se tornam propriedades dos senhores. Posteriormente, mais ou menos, na quinta geração de escravos, os mesmos já assimilam um modo de pensamento que naturaliza sua separação dos meios de produção e sua escravidão em um processo no qual a alienação assume também características subjetivas que contribuem para a aceitação da ordem vigente. (ENGELS, 2019)

Na produção material os seres humanos conhecem a natureza o que permite a atribuição de valor. É possível aprender, por exemplo, que a madeira é boa para fazer o machado, mas não é boa para fazer lança. Já o fogo é bom para esquentar, mas ruim porque queima, ou seja, a atribuição de valores é uma decorrência da vinculação humana com a produção material. Portanto, a alienação na produção material no Modo de Produção Escravista tende a desencadear uma alienação nos valores que levam, por exemplo, os escravos a conceber que o respeito às leis é bom, e o desrespeito às mesmas é ruim. Sendo assim, a estrutura social do Modo de Produção Escravista requer o Estado e seu sistema de leis para produzir uma ideologia favorável à naturalização e consequente legitimação das opressões da classe dominante sobre a classe dominada. (MARX; ENGELS, 2005)

Portanto, o materialismo histórico e dialético concebe o domínio ideológico como decorrência da dominação na produção material, pois o próprio Estado e seu sistema de leis que se manifesta no direito surgem como instrumentos de dominação ideológica da classe proprietária dos meios de produção. Nessa perspectiva epistemológica, a divisão da sociedade em donos dos meios de produção e aqueles que são separados dos meios de produção demanda a criação do Estado, que surge para legitimar a divisão social das classes por meio da produção

ideológica materializada na padronização de formas de existência dentre outros preceitos, ou seja, as pessoas que vivem na sociedade devem se ajustar às formas sociais demandadas pelos modos de produção nos quais os donos dos meios de produção dominam aqueles que têm apenas sua força de trabalho. (ENGELS, 2019; MARX; ENGELS, 2005)

4. O USO DE DROGAS CONCEBIDO POR MEIO DA BIOPOLÍTICA

Esse capítulo versa sobre o uso de drogas como um problema social, sobre o preconceito com as drogas e conseqüentemente com as pessoas que fazem uso de drogas. Foi demonstrado que os autores do livro “Outras palavras sobre os cuidados de pessoas que usam drogas” abordam o uso de drogas na perspectiva da biopolítica, que não tem centralidade na produção material como determinante do contexto social e também não considera a luta de classes como contradição que produz transformações nos processos de sociabilidade. Portanto, os mesmos abordam a moralização, a pobreza e a exclusão social, assim como suas relações com o uso abusivo de drogas, mas partem de pressupostos da biopolítica, que compreende que esses processos sociais são produzidos pela ação política do Estado para produzir governamentalidade por meio da normalização dos sujeitos.

4.1 O USO DE DROGAS COMO UM PROBLEMA SOCIAL

Os textos abordam o uso de drogas e o sofrimento psíquico como decorrentes da crise dos valores, produzida pelas instituições. No extrato abaixo os autores discorrem sobre a produção de saúde em um contexto social produtor de crises nas instituições da droga e da loucura Tais crises se expressam na forma de organização social que naturaliza a exclusão.

No campo das nossas práticas [...] em saúde mental, estamos engajamos com modos de criação de si e [...] do mundo que não podem se realizar sem o risco constante da experiência de crise – não só crise dessas subjetividades atormentadas pelo sofrimento psíquico, mas também crise de nossos valores; crise da forma como a cidade se organiza considerando a natural exclusão dos estranhos e diferentes; crise das instituições, em especial as instituições da droga e da loucura elas mesmas. (Passos, 2009, pág. 11).

Como demonstrado no texto de Passos (2009), há uma correlação entre um contexto social no qual existe uma crise de valores, as perturbações das subjetividades e o sofrimento psíquico. Essa crise é determinada pela forma como a sociedade se organiza, segregando nas cidades os estranhos e diferentes que são “confinados” nas “instituições da droga”. Infere-se que esse confinamento tem por objetivo normalizar tais sujeitos para produzir governamentalidade na perspectiva da biopolítica, porque tais autores não demonstram as mediações entre os processos de exclusão e a produção material e isso está relacionado a perspectiva teórica na qual

se vinculam, que entendem os processos de institucionalização como decorrentes da ação normalizadora do Estado para manutenção da ordem social e, conseqüentemente para o funcionamento social, na perspectiva da preservação do estado das coisas. A produção de saúde nesse contexto se materializa por “desvios” dos sujeitos, das “regras” normalizadoras produzidas pela cultura que visa produzir governamentalidade. Esses “desvios” são precedidos de crises, pois elas perpassam a subjetividade dos sujeitos que devem primeiramente negar os padrões de pensamento produzidos pela governamentalidade e posteriormente demonstrar essa mudança de pensamento com atitudes de negação e enfrentamento dos processos de normalização. O resultado desse enfrentamento produz novas crises que se expressam em retaliações operacionalizadas pelas instituições da droga para punir essas rebeldias. Essa punição ocorre por meio das normas estabelecidas institucionalmente e legitimadas socialmente pelos padrões normatizadores produzidos pelo conjunto das instituições produtoras de governamentalidade como família, igreja, escola, etc.

Historicamente, as práticas de cuidado em saúde, dirigida a esta população, oscilaram entre os cuidados de caráter religioso ou de modelos médico centrados, não garantindo efetividade e resolutividade no cuidado dessas pessoas, reforçando o modelo excludente e segregador tão combatido pela Luta Antimanicomial [...] (PASSOS 2009, pág 12).

O autor supracitado ressalta a interferência das instituições normalizadoras nos cuidados com as pessoas que usam drogas ressaltando a falta de efetividade das práticas que reforçam a culpa e os processos de adoecimento reproduzidos pelos modelos segregadores que reforçam a exclusão e os processos de violação de direitos combatidos pela luta antimanicomial.

[...] a noção de saúde como direito aponta a importância de considerar a singularidade do sujeito, e a partir daí estabelecer um vínculo pautado no respeito, na humanização do tratamento e na inclusão social, no cuidado e na defesa da vida, na autonomia e no protagonismo; [...] a Redução de Danos aparece como um “caminho”, em que o método utilizado para o tratamento é baseado no aumento do grau de liberdade e de coresponsabilidade, possibilitando o protagonismo dos usuários e familiares e transformando vidas; [...] qualquer tentativa de reduzir ou evitar o uso abusivo e/ou dependência de drogas deve levar em conta as práticas de vida diária do ser humano, aumentando os fatores de proteção e reduzindo os fatores de risco ao consumo de drogas, tendo em vista que a promoção de saúde se dá na busca constante de mais qualidade de vida para as pessoas; 6. é sabido que no interior de dispositivos antimanicomiais – como nos CAPS, CAPS-i e CAPS-ad – persistem práticas distantes de noções de promoção de saúde e cidadania, e que os cuidados com os usuários de substâncias psicoativas, às vezes, tornam-se parciais, esvaziados de sentido para as pessoas e minimamente resolutivos, quando não excludentes, devido à falta de informação e manejo, e, ainda, pelo preconceito impregnado por uma cultura disciplinadora e segregadora; (PASSOS, 2009, pg. 12).

Conforme Passos (2009), a saúde como um direito requer práticas que promovam o respeito aos usuários, os projetos terapêuticos devem ser planejados com a participação dos mesmos, favorecendo a autonomia em relação aos seus tratamentos, tornando-os co-responsáveis por seus processos de saúde e doença. A redução de danos se propõe a construir formas de cuidado que levem em consideração os demais problemas existentes na vida, que extrapolam o uso de drogas em si mesmo, ou seja, é uma abordagem centrada no sujeito, na pessoa e sua vida e não na droga em si. O autor problematiza a reprodução da cultura “segregadora e disciplinadora” dos manicômios nos CAPS, demonstrando o predomínio das práticas centradas na abstinência que vão de encontro com a redução de danos. A análise do autor é subsidiada em categorias teóricas da biopolítica, pois demonstram como essas instituições produzem a governamentalidade por meio do reforço de processos normatizadores nos cuidados de pessoas que usam drogas.

Já a redução de danos requer uma prática alinhada com a clínica ampliada, com a utilização de tecnologias leves, com a articulação intersetorial, com o respeito a autonomia dos usuários, ou seja, a redução de danos está vinculada com as práticas voltadas para a produção de cidadania das pessoas que usam drogas. Essa nova forma de cuidado alinhada a clínica ampliada vai na contramão da maioria dos serviços que ainda se pautam na lógica médico-centrada de atenção e não superam a concepção negativa em relação ao uso de drogas e a consequente estigmatização das pessoas que usam drogas. A superação dessa concepção, conforme Passos (2009), perpassa pela negação dos processos normalizadores que padronizam os modos de vida com o objetivo de produzir governamentalidade. Portanto, seria uma questão de modificar a cultura e as práticas que condenam o uso de drogas e outras normatizações padronizadoras dos modos de vida.

A biopolítica confere centralidade à mudança cultural sem informar sobre a necessidade de modificar a produção material para alteração da cultura e isso ocorre porque não considera a produção material como determinante da produção cultural. Conforme (PASSOS 2009 pág. 13), com a redução de danos:

Surge a construção e disseminação de novas tecnologias de cuidado, inspiradas em uma outra gramática, na qual palavras como “vínculo” e “afeto” substituem eficiência e eficácia. Um jeito de fazer saúde no qual falamos de “cuidado” e de “atenção” sem cobrar abstinência de ninguém. Onde “acolhimento” substitui a noção de “contenção” e a “continência” substitui a noção de “controle”. Uma nova postura na construção de um “novo fazer” que tem como princípio o compromisso ético em defesa da vida, colocando todos da REDE na condição de responsáveis pelo “acolhimento” e “cuidado”. (PASSOS, 2009, pg. 13)

A redução de danos está ancorada na discussão mais ampla de saúde porque muitas de suas diretrizes se subsidiam na necessidade de ampliar o olhar para os processos de saúde e doença, extrapolando o olhar estritamente biologicista e médico-centrado, usando tecnologias leves que se materializam na escuta, no afeto e no olhar social para as demandas que estão para além da doença em si. Elas são operacionalizadas nas práticas que concebem o uso de drogas não somente como doença, mas também desvenda os processos de produção de saúde imbricados no uso de drogas que muitas vezes se constituem como desvios aos padrões normalizadores e conseqüentemente se constituem como práticas de produção de saúde, mesmo que isso pareça uma “heresia” para aqueles que concebem o uso de drogas apenas como “dependência química”, “pecado” ou “crime”. O desafio é capacitar os profissionais de saúde para essa mudança de olhar, porque os mesmos também estão imersos na sociedade que, nos termos de Passos (2009), reproduz esses processos normalizadores que garantem a governamentalidade.

Em síntese, para os autores do livro “Outras palavras sobre os cuidados com pessoas que usam drogas”, a redução de danos requer essa mudança cultural que demanda a negação da governamentalidade por profissionais de saúde, usuários e a sociedade em geral, mas não compreendem que a produção material precisa ocorrer para desencadear mudanças na produção cultural, também não ressaltam o processo de luta de classes que está oculto no processo de padronização cultural, pois eles conferem importância às “micro-mudanças” que se expressam em contextos reduzidos e particulares, considerando-os como movimentos potentes e não se preocupam em intensificar esses movimentos ao ponto deles atingirem a estrutura da produção material de vida.

Ou seja, a biopolítica que subsidia os autores não se compromete com a transformação da produção material, não é pensada para se constituir uma resistência ao capitalismo, não se propõe a contribuir para uma mudança estrutural na produção material. A biopolítica enfatiza a potência nos desvios na cultura hegemônica normalizadora que produz governamentalidade, pois entende que esse processo produz outras culturas que contribuem para construção de uma sociedade que respeita a diversidade de modos de vida, mas não trata a superação da produção material no modo de produção capitalista como um objetivo desse movimento.

Os autores chegam a se referir ao neoliberalismo, mas não o qualificam como a forma atual de gestão do capitalismo, como demonstrado no extrato a seguir:

Por outro lado, as desigualdades sociais produzidas por uma sociedade que tem como centro um projeto econômico neoliberal traz como conseqüências o fortalecimento do crime organizado e o mercado paralelo que acaba de oferecer como possibilidade de geração de renda para jovens em situação de vulnerabilidade, que buscam no mercado a possibilidade de renda pela necessidade de ajudar suas famílias,

delineando caminhos de sofrimento. Assim, fazer o enfrentamento à questão das relações que a sociedade tem com as drogas, hoje exige uma abordagem interinstitucional, e intersetorial que problematize e enfrente a questão do tráfico, do cuidado e da promoção da vida. São ações complexas, principalmente políticas, que transportam para novos cuidados e ações pela qualidade e direito à vida. Lembra-nos... Mead, apud: Carneiro, 2002: a virtude é quando se tem a dor seguida do prazer; o vício é quando se tem o prazer praticado da dor. Ao tratarmos do tema das drogas faz-se necessário considerar os múltiplos fatores que levam ao uso, bem como as diferentes formas de uso, níveis de consumo, suas causas e consequências que podem ser danosas ou não, bem como o contexto sócio, histórico, cultural e econômico apresenta-se no entorno das características. (NUNES, SANTOS, FISCHER, GÜNTZEL, pág. 19)

Conforme Nunes, Santos, Fischer e Güntzel (2009), as desigualdades sociais são produzidas pelo neoliberalismo e fortalecem o crime organizado, assim como favorecem a entrada de jovens pobres no tráfico de drogas. Para eles, a relação da sociedade com o uso de drogas, precisa de um enfrentamento intersetorial e interinstitucional para problematizar e superar os impactos do tráfico na produção de vida. Podemos perceber que os autores desvendam os impactos postos pela pobreza para uma prática em saúde que se proponha a produzir vida e saúde. No entanto, como eles não se amparam em uma teoria que se proponha a discutir os determinantes estruturais determinados pela produção material, acabam por propor como saída a ampliação e o fortalecimento da intersetorialidade como alternativa de superação dos impactos da pobreza nas práticas de produção de saúde propostas pela redução de danos.

4.2 PRECONCEITO COM O USO DE DROGAS

Os textos demonstram a existência de um preconceito com o uso de drogas e problematizam a criminalização do Estado e a punição divina como elementos que reproduzem tal concepção negativa em relação ao uso de drogas e conseqüentemente em relação às condutas das pessoas que fazem uso de drogas.

Historicamente, o tratamento de pessoas que usam drogas esteve pautado na lógica da criminalização, da infração, permeado pela cultura judaico cristã que associa o prazer ao pecado e as intervenções sempre foram médico centradas tendo o isolamento e a segregação, por meio da internação como única possibilidade de intervenção.. (NUNES, SANTOS, FISCHER, GÜNTZEL, pág. 16)

Constata-se que o preconceito em relação às drogas e conseqüentemente com as pessoas que usam drogas é concebido pelos autores por meio do viés da biopolítica, na medida em que os mesmos não buscam a essência da produção ideológica na produção material. Para eles, são as instituições a serviço do poder do Estado capitalista que se articulam para produzir um padrão cultural hegemônico que normaliza os sujeitos para produzir governamentalidade. Ou seja, o eixo da produção cultural desencadeadora de preconceitos se encontra na ação política

do Estado, que estrategicamente distribui poderes para outras instituições e manipula esses poderes com a finalidade de garantir o funcionamento harmônico da sociedade que se mantém controlada de uma forma consensual. Em relação ao uso de drogas, conforme os autores, esse preconceito é reproduzido por meio de:

Os discursos demonizantes sobre o uso de drogas circulando por diferentes espaços, sem considerar dados estatísticos ou pesquisas científicas produzidas sobre o tema, reafirmam a psiquiatrização e judicialização da loucura, agora focada na questão da droga, mais especificamente no “crack”, causando na população medo e terror e produzindo uma idéia distorcida dos efeitos das substâncias ilícitas em detrimento das drogas lícitas. Essas idéias têm colocado todas as pessoas que usam drogas ilícitas num lugar marginal, como bode expiatório dos problemas sociais, desconsiderando quaisquer outros aspectos da contemporaneidade relacionados ao tema [...]. (NUNES, SANTOS, FISCHER, GÜNTZEL, pg. 17).

A centralidade nos discursos pejorativos sobre as drogas demonstra mais uma vez a segmentação da produção material em relação a produção de ideias que reproduzem uma cultura negativa em relação ao uso de drogas. A biopolítica parte do pressuposto que o discurso produz a realidade, ao contrário do marxismo que concebe que a produção material desencadeia a produção discursiva que informa sobre a moral daqueles que dominam a produção material. Portanto, o discurso na perspectiva marxista não pode mudar a realidade, pois ao mudar o discurso em si, não se modifica necessariamente a realidade.

Embora o marxismo reconheça que a mudança da produção material necessita ser antecedida pela mudança da consciência, o que requer a inserção da contradição por meio da comunicação entre os seres humanos que vivem em determinado tempo histórico, ressalta-se que a mudança discursiva não é um fim, mas sim um meio para transformar a sociedade, ao contrário da perspectiva da biopolítica, que concebe a mudança no discurso como produtora de outra cultura, outra concepção de mundo que produz outra sociabilidade, sem necessariamente mudar a produção material. O extrato abaixo demonstra a perspectiva teórica de análise dos preconceitos por meio da biopolítica:

Persistem práticas sociais escritas na ordem do discurso por meio de dispositivos disciplinadores de diferentes campos, e que insistem em criminalizar as drogas ilícitas em detrimento das drogas “legais”. Foucault e Goffman nos mostram em suas obras como as instituições disciplinares ou instituições totais como dispositivos (hospícios, as cadeias, os conventos e as escolas) tiveram na modernidade a função de produzir corpos dóceis e pragmáticos, incidindo sobre subjetividades de fácil adestramento (NUNES, SANTOS, FISCHER, GÜNTZEL, pág. 20).

Os autores descrevem a reprodução do preconceito por meio do discurso reproduzido em práticas institucionais com o objetivo de tornar os “corpos dóceis”, ou em outras palavras na produção de sujeitos normalizados pelos processos de criminalização das drogas ilícitas.

Portanto a concepção negativa em relação ao uso de drogas, principalmente em relação a drogas ilícitas é reproduzida por meio de instituições normalizadoras, conforme Siqueira (2009):

Do ponto de vista da Saúde, o uso de drogas seria visto como uma doença denominada Dependência Química e, portanto, o caminho para sua solução seria a Clínica Psiquiátrica, nos seus mais variados níveis, que iam desde um atendimento ambulatorial até a internação em hospitais psiquiátricos. [...] Do ponto de vista da Justiça, o uso de drogas seria considerado um delito e seu tratamento passou a ser a punição legal [...] oferecendo cadeia apenas para os mais pobres, pois é sabido que aos mais ricos haveria sempre os recursos de advogados especializados; [...] Na visão das religiões, o uso de drogas continuaria sendo um pecado e a solução, portanto, seria a conversão, exigindo apenas a “assinatura de um contrato com Deus”, [...] Temos, assim, esses 3 lugares ou espaços para onde, ainda hoje, são destinados aos usuários de drogas: Cadeia, Igreja (Comunidade Terapêutica) e Hospitais Psiquiátricos;”. Controlá-los por meio de leis que estão estruturadas nos princípios morais e não naturais. Dessa forma, há uma produção de assuntos com identidades padronizadas em que a individualidade, a subjetividade e as diferenças não são respeitadas, sendo deslocados para esses espaços que vão, por sua vez, oferecer a garantia de que essas diferenças continuarão a não ser vistas. A veiculação midiática de imagens ou “cenas reais”, torna possível a manutenção da ideia de que “as drogas são realmente um grande mal”, escondendo-se a ineficiência da moral vigente. (SIQUEIRA, pg 67).

Fica demonstrado no extrato acima o viés normalizador das instituições no processo de governamentalidade dos corpos e mentes, explicitando a concepção teórica da biopolítica na análise do preconceito com as pessoas que fazem uso de drogas. Conforme Siqueira (2009), as instituições religiosas, do direito e da saúde médico-centrada produzem uma padronização normalizadora das pessoas que usam drogas, que são qualificadas como doentes, criminosas e pecadoras dando uma conotação radicalmente pejorativa a esses sujeitos que são qualificados negativamente pela cultura padronizadora produzida pela governamentalidade. Assim, como nos demais artigos tais análises não explicitam as mediações desses processos de moralização com a produção material e com a luta de classes.

Também aparece a criminalização, especialmente, da pobreza em relação ao uso de drogas, mas essa pobreza é concebida apenas pelo viés de condição que deixa mais vulnerável ao uso e as punições legais, não é problematizada em suas relações com a sociedade de classes no modo de produção capitalista. Isso fica demonstrado nos seguintes extratos de texto:

Se o lugar de “doente-criminoso” é frequente em suas falas, construções de outras formas de ser visto e falado também podem emergir no grupo. Falam muito da imagem que passam – citam adjetivos como marginal, drogado, maconheiro – e do que gostariam de passar – estudante, humilde, trabalhador. Também sobre essa forma de ver o preconceito ligado a suas condições sociais, diz L “porque moram em vila, já acham que o cara é marginal, e o cara acaba virando”. (OLIVEIRA, DIAS, pg. 38).

A opinião pública, manipulada pelas grandes redes de comunicação, sempre a serviço da classe mais nobre, passa a associar a violência nos centros urbanos com o consumo de drogas e, a partir daí, exigir políticas de segurança pública mais adequadas e mais rígidas. Observou-se e discutiu-se a vinculação da miséria, do desemprego com a violência e, conseqüentemente, sua ligação com as possibilidades de atuação do tráfico de drogas na busca de solução para os problemas advindos de sua existência. (SIQUEIRA, pg. 68).

Os extratos de texto demonstram que há uma análise que correlaciona pobreza, com preconceito intensificado com pobres que fazem uso de drogas, que são considerados pessoas “mais desajustadas”, pois não se encaixam nos padrões normatizadores e, por isso, precisam ser corrigidas, ajustadas, pois sua conduta, especialmente em relação ao uso de drogas requer correção. Nesse contexto, entram a lei, a religiosidade e as comunidades terapêuticas, muitas vezes, respaldadas na lei e com rotinas que encontram subsídios na religiosidade como alternativa de tratamento. No entanto, todo esse processo de moralização do uso de drogas, não é abordado, como supracitado ao longo do trabalho a partir das mediações que estabelecem com a produção material e com a luta de classes, pois a análise do uso de drogas não se ancora no marxismo e sim na biopolítica que concebe os processos de produção cultural hegemônico, a partir da atividade política do Estado moderno que visa produzir governamentalidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito é histórico e tem raízes nas políticas públicas brasileiras, pois por muito tempo adotaram uma abordagem higienista e repressiva em relação ao uso de drogas. A resistência à política de redução de danos está enraizada em uma visão conservadora que vê o uso de drogas como um problema moral, que é frequentemente mediado por contextos sociais que influenciam o uso e as percepções sobre o uso.

Com base no que foi exposto a partir das análises teóricas dos textos selecionados, a redução de danos prioriza a minimização dos riscos e dos danos que estão relacionados ao uso de drogas, em vez de focar na abstinência. Portanto, a redução de danos ainda encontra desafios significativos em sua implementação, pois ainda não é predominantemente reconhecida pelos profissionais da saúde, como uma estratégia válida e além disso, a sociedade que sofre com a influência dos discursos de mídia, justiça e grupos religiosos, que mantém a visão negativa e preconceituosa com os usuários de substâncias.

O estudo buscou desvendar como o materialismo histórico e dialético pode subsidiar as discussões e práticas em torno da redução de danos. Para isso, foram analisados os artigos do livro “Outras palavras sobre os cuidados de pessoas que usam drogas”. Constatou-se que a redução de danos é tratada pelos autores do livro supracitado em uma perspectiva pós-moderna, pois apesar deles conceberem a relação do uso de drogas com os determinantes sociais, políticos e culturais, não há uma compreensão desses processos sociais a partir de determinantes postos

pela produção material, ou seja, a análise dos autores está ancorada na perspectiva teórica da biopolítica.

Os resultados do estudo demonstram que os artigos tratam o uso de drogas como um problema social e enfatizam o preconceito que é socialmente construído com as drogas e com as pessoas que as utilizam. No entanto, como a perspectiva da biopolítica não pressupõem a transformação do capitalismo, a pobreza tratada como um problema do neoliberalismo, pois para os autores a superação da pobreza e da exclusão pode ser alcançada por meio de uma mudança na gestão estatal materializada na substituição de um Estado neoliberal para um Estado social. Da mesma forma, os autores entendem que os preconceitos podem ser enfrentados por meio de atividades políticas de resistência que centram seus objetivos na superação do preconceito em si, pois não questionam as mediações do preconceito com a produção material.

Já o materialismo histórico e dialético pressupõem que os valores são produzidos na produção material da vida, portanto, quando o ser humano se aliena na produção material, se aliena também nos valores, produzindo preconceitos. Sendo assim, não há como enfrentar os preconceitos sem colocar o capitalismo em questão, visto que nesse modo de produção, a produção de ideias sempre será dominada pela classe detentora dos meios de produção. Por isso, o enfrentamento dos preconceitos e das formas estéticas padronizadoras que objetivam controlar os sujeitos, perpassa pela luta de classes.

Com base nos resultados do estudo, recomenda-se que o serviço social amplie estudos e pesquisas sobre temáticas e práticas que perpassam a saúde coletiva como redução de danos e produção de saúde a partir do materialismo histórico e dialético que apresenta uma perspectiva mais ampla de análise da realidade social e desvenda a necessidade de transformação do capitalismo para que os sujeitos possam superar os preconceitos e produzir um modo de vida no qual seja possível proporcionar possibilidades plenas de produção de vida para os seres humanos.

REFERENCIAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Cortez, 2019.

FOUCAULT, Michel. A Microfísica do Poder. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado, 2014.

LESSA, S; TONET, I. Introdução a Filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOPES, Helenice Pereira. A Política Nacional de Redução de Danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del Rei, 2018. <acessado em 20 de outubro de 2024, https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2858/1886>

MARX, K. ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MARX, K. ENGELS, F. O Capital. 13. ed. Livro 1, v. I e v. II. Rio de Janeiro: Beltrand, 1989.

NUNES, Deise Cardoso. SANTOS, Loiva Maria de Boni. FISCHER, Maria de Fátima Bueno. GÜNTZEL, Paula. “...outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas...” Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas / org. por Loiva Maria de Boni. - Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Douglas C., DIAS, Mariana Hollweg. Os Jovens Usuários de Crack e a Rede de Cuidados: problematizações a partir de uma experiência. Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas / org. por Loiva Maria de Boni. - Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Evaldo Melo de., SANTOS, Naíde Teodósio Valois. A rede de assistência aos usuários de álcool e outras - em busca da integralidade. Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas / org. por Loiva Maria de Boni. - Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

PASSOS, Eduardo. Pensar diferentemente o tema das drogas e o campo da saúde mental. Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas / org. por Loiva Maria de Boni. - Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

PONTES, R. N. Mediação: Categoria Fundamental para o Trabalho do Assistente Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Cadernos CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB. São Paulo: Cortez, 2000.

ROUSSEAU, J. J. O Contrato Social e outros Ensaios. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

SILVA, Flávia Costa da. Redução de Danos: campo de possibilidades para práticas não proibicionistas em saúde. Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas / org. por Loiva Maria de Boni. - Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

SIQUEIRA, Domiciano. Construindo a Descriminalização... Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas / org. por Loiva Maria de Boni. - Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

TAVARES, Diogo Henrique. Práticas de Cuidado em um CAPS-AD: Sobre a abstinência e redução de danos. Society and Development, v. 10, n. 6, 2021. <acessado em 25 de outubro de 2024, <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15897/14247>>

VEDOVATTO, Semiramis Maria Amorim. *Contrao o discurso midiático sobre drogas - nem tão feios, nem tão sujos, nem tão malvados: as pessoas de bem também usam drogas!* Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas / org. por Loiva Maria de Boni. - Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.